



1886



2011



SPURC/FERREZ

# UM ULTRAJE, UM ESCÂNDALO

Patrimônio natural e histórico inestimável, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro está sendo ocupado ilegalmente — e com o aval do seu dono, o governo federal

ROBERTA DE ABREU LIMA

**C**onhecido por seu portentoso corredor de palmeiras-imperiais do século XIX, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro — um dos cartões-postais cariocas e patrimônio nacional — entrou no circuito dos invasores de terra. Segundo o último balanço, o parque já está tomado por mais de 600 casas e barracos em flagrante afronta à lei. Ali vivem, sem ser incomodadas, cerca de 2000 pessoas, algumas delas em boas residências e até com carro importado na garagem. Essas construções ilegais brotam inclusive nas áreas reservadas à visitação, por onde passam todo ano algo como 500000 pessoas. Na semana passada, um grupo de estrangeiros espantava-se diante dos casebres colados a um jardim de espécies raras. Um dos turistas traduzia a perplexidade geral: “Não acredito. Também tem favela aqui dentro?”.

Tamanho absurdo prospera com a chancela oficial. Recentemente, o representante legal do parque, o procurador Carlos Davis, enviou um ofício ao Tribunal de Contas da União (TCU) em que se prontificava a ceder um quinhão do Jardim Botânico aos invasores. É posição defendida pelo próprio presidente do parque, o petista Liszt Vieira, que afirma, na caradura: “Como parte dos imóveis não é de interesse do Jardim Botânico, estamos dispostos a fazer concessões”. Ultrajante. Essas são terras de valor histórico — e de domínio público. O próprio governo federal, dono do parque, está empenhado em depredá-lo. A Secretaria do

Patrimônio da União (SPU) lançou-se na Justiça em defesa ferrenha dos invasores. Um dos atos da secretaria foi pedir a suspensão de duas centenas de processos, movidos pela Advocacia-Geral da União, já julgados em última instância. Eles davam ao Jardim Botânico reintegração de posse dos terrenos usurpados. Ou seja, um órgão da União se voltou contra outro órgão da União, para fazer proselitismo esquerdista e criar um impasse jurídico sem precedentes.

A SPU tem pressa em conferir à invasão um caráter definitivo. Segundo moradores, foi a secretaria que mandou numerar as casas e os barracos fincados no parque, como se aquilo fosse um bairro. O órgão chegou a distribuir um documento a cada um deles, recomendando que o apresentassem a oficiais de Justiça no caso de uma eventual inspeção. No papel está escrito que a área invadida “está em processo de regulamentação fundiária”. Cogitou-se até transformá-la em quilombo, sob a alegação de que quem pleiteava a terra eram descendentes de escravos, mas a ideia não vingou por completa falta de evidências. A justificativa da SPU é um espanto. “É nossa função social destinar terras públicas às famílias carentes”, diz a argentina Celia Ravera, que comanda o imbróglio em nome da secretaria. O mais chocante é que muitas dessas famílias nem sequer são pobres. Algumas recebem mais de dez salários mínimos por mês. A convivência oficial é de tal ordem que gente como o mecânico João Batista, de 60 anos, conseguiu até montar uma oficina no parque. Ele re-



OSCAR CABRAL

## MANCHA NO CARTÃO-POSTAL

O Jardim Botânico no século XIX (acima); hoje, há barracos até na área de visitantes de uma das heranças dos tempos de dom João VI